

## Ser-rio entre as catástrofes do Mineraloceno

Everton Jubini de Merícia<sup>1</sup>

### Resumo

Os desastres criados pela indústria extrativa-mineral podem mobilizar uma extensa e complexa trama composta por seres humanos e outros vivos, cujas vidas moldam e são moldadas com e pelos rios. A partir de uma abordagem multiespécie, neste texto procuro descrever e refletir sobre ligações sensíveis possíveis entre sujeitos diversos e o rio Gualaxo do Norte, severamente atingido pela lama de rejeitos da barragem de Fundão operada pela mineradora Samarco. Entrelaço narrativas sobre episódios que vivenciei enquanto assessor técnico às vítimas do crime em Mariana, obras (áudio)visuais, cartografias e arquivos, de modo que é possível observar outras socio-espacialidades que se constituem sobre a memória e a história da mineração neste território e que excedem os próprios limites físicos em torno do curso d'água. Agências múltiplas deste ser-rio, frente as catástrofes da mineração, põem em perspectiva uma outra política de visibilidade sobre sujeitos outros-que-humanos apartados das ações de reparação, através da qual a terra incógnita do futuro pode ser imaginada não a partir de um desejo projetivo e controlador que vislumbre o recentramento do homem e a reestruturação do poder, mas de mundos habitados por outras “gentes” enquanto força capaz de liberar o mundo por vir das ruínas do presente.

Palavras-chave: mineração; estudos multiespécie; catástrofe ambiental; rio; barragem de rejeitos.

### 1. Gatilhos de um regime geo-sócio-metabólico global

O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, em Mariana, Minas Gerais, é considerado o primeiro de grandes desastres no Brasil envolvendo estruturas de contenção de rejeitos da mineração. A lama causou impactos de múltiplas dimensões, que vão desde a expulsão de centenas de núcleos familiares de seus territórios de origem até o comprometimento da vida nos cursos d'água. Há ainda danos socioambientais que podem se desdobrar indeterminadamente ao longo de muitas gerações, tais como a alteração no regime de cheias dos rios e a sujeição das vítimas a um regime de violência continuada, acirrado por um quadro de adoecimento, empobrecimento e rompimento

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista (UFRJ), mestre em Engenharia Ambiental (UFOP) e doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFMG). Membro da plataforma Práticas de Encontro vinculada ao grupo de pesquisa Narrativas Topológicas (Cnpq).

involuntário dos laços de vizinhança e sociabilidade que existiam em suas comunidades de origem.

Em diálogo com o trabalho de Carneiro e Souza (2023), o desastre aqui pode ser enxergado não apenas como um acontecimento espacial e temporalmente definidos, mas como um processo que inicia anteriormente ao ponto de eclosão – o rompimento da barragem – e continua depois dele, constituindo uma cadeia ampla e sistêmica (espacial, territorial, econômica, social, política, etc.), apesar do momento de o colapso ser o ponto crítico ou de visibilidade máxima dessa rede. Fatos estes que me conduzem a concordar com as autoras que o rompimento da barragem de Fundão trata-se de um “desastre criado”, ou seja, a ocorrência de danos é parte do negócio que leva em consideração uma avaliação econômica prévia por um modelo de governança corporativa hegemônico. A causa da maioria dos desastres não naturais envolvendo a atividade minerária seria a política da empresa e não uma ação ou omissão humana isolada ou falha técnica.

Entendo que os desastres criados não são fenômenos restritos a um ou outro ciclo político-econômico extrativista-mineral, mas atravessam a mineração colonial e alcançam o neoextrativismo sob as mesmas formas de operar. Todas as técnicas, estratégias e impactos da extração de minério em gigantescas proporções sem dúvidas somam-se à inúmeras outras transformações antrópicas, generalizadas e sincronizadas, que contribuíram para imprimir nos estratos geológicos da Terra a marca de uma nova temporalidade mais conhecida como Antropoceno. Para alguns cientistas da natureza, as alterações drásticas dos ciclos, fluxos e processos biogeoquímicos da vida neste planeta são “efeitos antropogênicos” colaterais da Primeira Revolução Industrial que os levaram a propor precisamente o ano de 1784 – ano da invenção da máquina a vapor – como a data de início de uma nova Era, um divisor entre duas idades geológicas.

Ao mesmo tempo em que o Antropoceno alerta para um limite crítico da vida no e do planeta, provocado pela força geológica que os seres humanos se tornaram, muito tem-se discutido a respeito das controvérsias que tal proposição gera. Aqui me atenho apenas a mencionar, a partir de uma revisão crítica sobre o conceito feita por Araújo (2023), que há um distanciamento entre a figura abstrata do *antropos* e uma gama de “práticas humanas, formas e regimes de relações sociais histórica e geograficamente concretos, discretos e situados, politicamente determinados”, que acaba por confinar a

compreensão das causas da presente Era a uma questão de datas e substâncias, promovendo generalizações, inclusive acerca do que seriam “forças antropogênicas”.

O autor sugere, então, que para compreender o estado da vida na Terra devemos não olhar para a “Natureza”, mas para a “história da formação social geopoliticamente dominante nos últimos séculos e para as particularidades da dinâmica sociometabólica que ela impôs hegemonicamente sobre a face da Terra”. A Mina/ Mineração é uma das tecnologias de produção e de poder, perpetradas pelos europeus, que se configurou como uma das primeiras formas de perturbação imperial da Terra. Esta fórmula associa concentração latifundiária de terra e água, servidão e escravidão, simplificação e padronização biológica dos ecossistemas e o disciplinamento social por meio do terror. Pensando que essa operação combina e coordena inseparavelmente a exploração da terra e dos corpos, como uma prática sistemática, uma regra de vida e um modo de agir transformado em um presente contínuo, seria adequado aqui neste trabalho denominar a Era atual como Mineraloceno (Aráoz, 2023).

Enquanto o modelo minerador de desenvolvimento produz, sem cessar, ruínas sobre ruínas no contínuo histórico, povos humanos historicamente oprimidos e rios explorados à exaustão assistem e jazem juntos sob os escombros do desastre. Este *status* também abre para uma imaginação política ampliada em que espécies, modos de viver, geografias e histórias encontram-se, e contaminam-se, formando novos tipos de arranjos. Aqui neste trabalho, descrever tais arranjos, especialmente entre humanos e o rio Gualaxo do Norte, como nós de uma ampla cadeia multiespécie, conduz a enxergar o ecossistema minerário para além das narrativas de dominação e conquista centralizadas e empreendidas pelo Homem. Trata-se de uma forma de compreender relacionamentos sensíveis possíveis a partir do que restou, daquilo que pôde sobreviver através da colaboração entre diferentes, tornando habitável as ruínas do progresso.

## **2. Modos de ver e narrar**

Entre os anos de 2018 e 2019 atuei como assessor técnico às pessoas atingidas pela lama de rejeitos em Mariana, moradoras das comunidades localizadas na sub-bacia do rio Gualaxo do Norte, a saber: Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Mata do Chaves, Águas Claras, Borba, Pedras, Braúnas e

Campinas. Neste período atuei na formulação e aplicação da Cartografia Social Familiar junto às vítimas, que eram estimuladas a rememorar e orientadas a representar, por meio de mapas e plantas manualmente desenhados, os terrenos, edificações, benfeitorias e os “recursos naturais” como forma de ampliar o diagnóstico de perdas e danos materiais e atividades econômicas. Ainda realizei a Vistoria Técnica aos terrenos considerados atingidos, com a presença das famílias e da Fundação Renova, no sentido de caracterizar e quantificar o que fosse possível a partir das declarações das pessoas realizadas em etapas anteriores, como a da cartografia.

Além do levantamento de inúmeras informações por tais ferramentas, depois transformadas em dados para um cartesiano sistema de reparação, o cotidiano dos encontros em oficinas de mapeamento e dos deslocamentos nos territórios era marcado por protocolos que delimitavam o que, como e com quem falar, escutar, ver e por onde andar. Essas condições desdobraram-se em tipos de relações e aproximações com atingidos(as), paisagens e instituições caracterizadas por conflitos, acordos, disputas e alianças que permeiam e tensionam os espaços de justiça ainda exclusivamente centrada nos humanos.

Em 2023 retornei aos territórios atingidos na sub-bacia do rio Gualaxo do Norte sob outros protocolos, percebendo um outro regime de acesso controlado pela Fundação Renova a determinadas partes dos rios e comunidades. Mas, ao mesmo tempo, foi a possibilidade de encontrar, sem um roteiro previamente determinado e com outros sentidos aguçados, histórias de pessoas e rios que vivem no local ou que pretendem retornar, mas que resguardam a memória do desastre, mesmo que suas marcas hoje não sejam tão visíveis como em 2018.

Estes percursos e encontros geraram um acervo pessoal repleto de fotografias, anotações, desenhos, mapas e documentos levantados em arquivos públicos. Também pesquisei produtos audiovisuais a respeito do rompimento da barragem de Fundão, como o filme *O Garimpo* que integra a série *Mariana Território Atingido*, e outros que têm relação com a temática, como o filme *(Outros) Fundamentos*. Nestas imagens, os corpos d’água conduzem aos relatos de pessoas atingidas/ subalternizadas e racializadas pelo projeto colonial, bem como à vida das comunidades garimpeiras construídas através de

uma relação geossocial histórica a partir do Atlântico Sul que informam algo sobre a genealogia do desastre.

Assim, neste texto-ensaio, percorro as imagens produzidas nos encontros num movimento similar ao que Anna Tsing faz em seu livro *O cogumelo no fim do mundo* (2022), que nada mais é do que um esforço de entender como o mundo apropriado e danificado pela Modernidade e colonialidade - modos de operação exemplarmente destruidores - se produz. Neste livro, é através do cogumelo Matsutake que a antropóloga descobre circuitos comerciais solidários menores, cadeias de produção, florestas, histórias de imigração, racismos a partir de uma observação atenta desse fungo e a maneira como é manejado tanto local como globalmente num período histórico. Essa é uma forma que possibilitou neste trabalho construir uma história da atividade, revendo o extrativismo mineral como negócio que atravessa, acompanha e catalisa a modernização brasileira e a divisão internacional do trabalho colonialista.

### **3. As possibilidades de vida com um rio em coma**

*Nos encontros com as pessoas atingidas nas oficinas de Cartografia Social Familiar me percebo envolto por inúmeros relatos, desenhos e fotografias que procuraram remontar a memória da experiência de uma relação cotidiana e recíproca humano-rio, não apenas para compor provas para reparação individual em instâncias judiciais, mas sobretudo para reafirmar e reivindicar a singularidade da existência de um rio como base de sustentação da vida comum.*

*Da arte de fazer com o rio se aprendia sobre autonomia alimentar a cada linha lançada na água, geração por geração. Certo dia, num encontro com Jorge, morador de Ponte do Gama, ele me contou que às vezes era necessário apenas cercar uma parte da queda d'água localizada próximo a entrada de seu terreno para que os peixes caíssem dentro de uma rede sem que fosse necessário utilizar o anzol. Com sua família ainda mostrou, através do desenho, três importantes represas localizadas em uma área de várzea, construídas em torno das nascentes. Essas represas são remanescentes do início do ciclo do ouro, utilizadas para garimpo, dizia. Alguns anos depois, quando seu avô comprou a terra, as represas foram transformadas em áreas para piscicultura, como forma de ampliar a produção de alimento.*



*Além de alimento, o rio gerava trabalho. Dele retirava-se o ouro no garimpo artesanal para pagar as contas, para pagar a comida. Quantas cartografias sociais familiares contaram histórias sobre o ouro presente no rio, nos córregos e nas várzeas alagáveis. Para Jorge, o garimpo artesanal era uma forma de constituir uma reserva financeira para cobrir os custos com eventuais tratamentos de saúde, considerando que o núcleo familiar é formado pelas suas duas irmãs também idosas, além da matriarca que já tinha mais de 90 anos na data do nosso encontro. No desenho de Cartografia Social Familiar os atingidos representaram o sítio de 67 hectares com uma extensa lateral banhada pelo rio Gualaxo do Norte.*

*Logo após o acesso, que se dava ao lado de uma cachoeira, o rio percorria sinuoso entre recantos e pequenas ilhas de areia de onde Jorge conseguia extrair o ouro. Mesmo após o rompimento da barragem, o atingido ainda fazia uso de determinadas áreas onde a lama não alcançou, mas com a implementação dos programas de reparação ambiental realizados pela Renova, entre as quais destacam-se as obras de construção da calha de um córrego paralela à área de extração de ouro e o cercamento da APP, houve o impedimento completo da atividade garimpeira.*

**Figura 1 – Rio Gualaxo do Norte na lateral do terreno de Jorge, em 2018.**



Fonte: Arquivo do autor.

*Para os povos que vivem com os rios aprendi que há muitos valores e significantes atribuídos ao ouro de aluvião, mineral proveniente do acúmulo de sedimentos - fragmentos de rochas - depositados por um sistema fluvial em seu leito, ou em suas margens, num fluxo geológico do tempo. Em nosso encontro, Aracy Digo isto porque, num instante, ela recriou a imagem da relação com os córregos que se encontravam à frente do terreno onde morava em Bento Rodrigues.*

*Em determinadas épocas do ano, parte da superfície fluvial produzia um brilho incomum que se deslocava conforme o movimento natural das águas, a intensidade e a posição do Sol. Parecia um bicho, dizia, aquela criatura movediça que a deixava desconfiada, como sinal de cuidado ao tentar se aproximar. Mais tarde compreendeu que tal brilho não era miragem, e sim pistas ou o jeito como os córregos Santarém e Ouro Fino talvez sempre tiveram de dizer: veja, há ouro aqui. Seguindo esses indícios, Aracy percebeu que os córregos anunciavam tamanha abundância do mineral que em alguns momentos conseguia encontrá-lo em fragmentos muito pequenos presentes até mesmo nas moelas de galinhas quando abatidas em seu quintal.*

*Aos poucos Aracy passou a coletar ouro e também outros minerais, guardando-os em potes junto aos grãos de feijão para vender quando houvesse necessidade, assim como os mais velhos de sua família - pretos e pretas - haviam lhe ensinado. Pessoas, córregos e rios resguardam uns com os outros a memória daqueles que com muito pouco sobreviveram ao fim de seus mundos quando escravizados na colonização ou tornados atingidos pela máquina extrativista mineral. E sobrevivem.*

*No intervalo de uma Cartografia Social Familiar e outra, a primeira visita a Paracatu de Baixo foi realizada com os cartógrafos sociais guiados por Luzia, importante liderança da comunidade após o desastre e membra da CABF. No coração da comunidade, num segundo plano ao conjunto formado pela praça e Igreja de Santo Antônio, pela quadra poliesportiva e pela escola municipal, observava ao pé de uma encosta, nas cotas mais baixas do relevo, o imbróglia de rejeito e vegetação que aos poucos revelava o que restou das casas e árvores metade da altura para fora da lama retida e compactada nos terrenos. Nesse ínterim, um fio de córrego passava próximo aos pés, sulcando a lama, retomando o seu curso para desaguar no rio Gualaxo do Norte. Era o testemunho de que o impacto da catástrofe não foi capaz, não desta vez, de estancar a pulsação das águas da bacia. Os rios davam os seus sinais de vida numa tentativa de inundar os espaços de negociação sobre as técnicas de reparação pelas empresas mineradoras ou sob a iminência de um completo apagamento pelo modus operandi dos extrativismos.*

**Figura 2 – Córrego em Paracatu de Baixo, em 2018.**



Fonte: Arquivo do autor.

*Novamente nas oficinas de Cartografia Social Familiar, me vejo diante do desenho desse mesmo córrego em Paracatu de Baixo feito por Paulo com uma linha azul à lápis, atravessando uma ponte que anteriormente ao desastre dava acesso a um bar. Uma única linha, fininha, enunciava uma preocupação em reproduzir com alguma fidedignidade a proporção e a localização do curso d'água que, entrelaçada às experiências vividas pelo atingido e por mim, desdobrava as faces do córrego.*

*Quando retorno em expedição à sub-bacia do Gualaxo do Norte durante setembro de 2023, reencontro o rio e os córregos desenhando em fluxo intenso os seus caminhos entre as margens cinzentas de minério de ferro, sombreados pela vegetação nativa que se alterna com novas espécies plantadas para recuperar a mata ciliar. As águas já não apresentam mais a coloração barrenta dividindo, entre os(as) poucos(as) moradores(as) que permaneceram residindo nas áreas atingidas, a opinião acerca da possibilidade de utilizá-la.*

\*\*\*

Um estudo produzido por Macedo *et al.* (2021) mostra que a ruptura da barragem de Fundão causou um entulhamento de rejeitos nos córregos Ferrugem e Santarém, atingindo o rio Gualaxo do Norte até a confluência com o rio do Carmo em Barra Longa/MG. A lama provocou erosões e acúmulo de rejeito nas margens e no leito do rio, reduziu o espaço para circulação de água nos córregos e formou uma planície de rejeito de minério de ferro no fundo de vale do Gualaxo do Norte desencadeando uma alteração na geometria fluvial, ou seja, o rio ficou mais estreito e raso, e houve um aumento da velocidade de suas águas.



Almeida *et al.* (2018) afirmam que o rejeito tem uma textura silto-arenosa, formado por silte (47,5%), areia (42%) e argila (10,6%), e quimicamente composto por ferro, alumínio, manganês e cromo. Tais propriedades fazem com que o material se comporte de formas diferentes entre os estados seco e úmido. Macedo *et al.* (2021) observam que sulcos erosivos na planície encoberta de rejeito indicam que, quando seco, o material silto-arenoso pode ser removido durante as chuvas e retornado às águas do rio ao longo do tempo. Enquanto no leito do rio assoreado pelo rejeito o material vem sendo removido gradualmente nos trechos de maior velocidade das águas e encoberto por aluviões arenosos e detríticos nos trechos de menor velocidade.

Além das alterações na geomorfologia fluvial, outro dado preocupante refere-se à mudança nos níveis de substâncias que exercem efeitos tóxicos na vida aquática, humana, dos animais que bebem a água do rio e dos vegetais irrigados por essas águas. Tendo como referência os limites máximos de metais pesados, como Arsênio, Alumínio, Cádmio, Chumbo, Cobre, Cromo, Ferro, Manganês, Mercúrio, Níquel e Zinco, admitidos em águas doces Classe II pela Resolução CONAMA nº 357/2005, a análise feita por Dias *et al.* (2018) mostra picos de concentração de boa parte destes metais em quantidades muito superiores ao preconizado pela resolução no período imediatamente após o desastre, entre novembro de 2015 a março de 2016. Até a última coleta realizada em dezembro de 2017, o estudo mostra uma redução gradativa desses materiais na água, embora os níveis de Alumínio, Chumbo, Ferro e Manganês continuassem acima do limite admissível durante o intervalo analisado.

Tal observação continuou a ser feita a partir de 2017 até o presente momento pelo Programa Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimento (PMQQS) conduzido pela Fundação Renova. Os dados das amostras de água coletadas em ponto localizado no Gualaxo do Norte em Paracatu de Cima informam uma redução contínua dos picos de concentração de metais pesados, chegando a níveis inferiores ao estabelecido pela resolução CONAMA, tanto em período chuvoso, como nas estações secas. Por outro lado, as concentrações de Ferro e Manganês permanecem elevadas ao longo deste período de sete anos de monitoramento.

As modificações observadas nestes parâmetros explicam-se pelo fato de que, com a força da avalanche de rejeitos, os materiais que estavam sedimentados no fundo do rio

acabaram sendo remobilizados e colocados em suspensão na água (IBAMA, 2015). Parte desse material foi carregada pelo rio até encontrar o oceano, outra parte voltou a se depositar no leito fluvial, enquanto uma outra parte acumulou-se junto ao material silto-arenoso na planície encoberta de rejeito e agora estão, gradativamente, sendo devolvidos às águas do rio ao longo de um tempo que estudos científicos ainda não puderam mensurar. Basta observar que a concentração de metais como o Ferro e o Manganês no rio vem alternando entre valores maiores em períodos chuvosos e menores em estações secas.

A presença de metais pesados na água alerta para os efeitos da acumulação dessas substâncias no organismo humano, animal e vegetal, principalmente naqueles que ainda convivem com o Gualaxo do Norte. Dependendo do tempo de exposição, do estado em que o material está disponível, a forma de absorção e o tipo de interação, o corpo humano pode apresentar, por exemplo, sintomas como lesão hepática e cardíaca, diabetes, disfunção sexual e dores articulares para uma exposição superior a 0,3mg/ L de Ferro dissolvido; ou alucinações, amnésia, insônia, irritabilidade, apatia, dor de cabeça e fraqueza nas pernas para uma exposição superior a 0,1mg/ L de Manganês total (Dias *et al.*, 2018). Os moradores ainda relatam que é comum o surgimento de algumas anomalias em plantações, tais como a mudança da forma ou cor de alguns tipos de vegetais plantados sobre a planície com depósitos de rejeito.

\*\*\*

Esses números informam sobre como operam assimetricamente as relações de poder em territórios trazidos para o centro do extrativismo mineral e os desdobramentos da produção de desastres na longa duração, seja na saúde das pessoas ou dos ecossistemas. Ao mesmo tempo, tais dados parecem como grandes abstrações que alienam as vidas e as mortes de seres reais escrevendo, mais uma vez, a história da dominação e da conquista.

As primeiras expedições ao Gualaxo do Norte foram realizadas pelos paulistas em busca de novos pontos de exploração aurífera entre o final do século XVII e início do século XVIII. Muitos aventureiros lançaram-se ao interior desconhecido do Brasil e, mesmo diante da escassez de alimentos e do acidentado terreno de Minas, seguiram as pistas indicadas pelos povos originários capturados, entre acordos e inúmeras formas de

violência e extermínio, confirmando à coroa portuguesa a existência do ouro, o que até então era apenas um boato.

Tão logo a Capitania das Minas Coloniais passou a ser habitada por um grande número de imigrantes vindos de diversas regiões do Brasil e também de Portugal. O historiador Kleverson Lima (2017) explica que o rio Gualaxo do Norte começou a ser ocupado a partir da fundação da Freguesia de Camargos e, em seguida, do povoamento de Bento Rodrigues, aparentemente por volta de 1702, ambos levando o nome ou sobrenome de seus fundadores/ exploradores paulistas. Nessas localidades, os sítios conjugavam a prática agropecuária e o serviço de extração de ouro, pelo trabalho de faiscação nos cursos d'água nas partes baixas e altas, pela construção de capelas e pela a implantação de residências particulares, pontos comerciais e ruas centrais que a cortavam e passaram a integrar a Estrada Real.

Seguindo abaixo o Gualaxo do Norte, a formação do povoado do Gama, hoje chamado de Ponte do Gama, também data desse período, com perfil produtivo similar a Camargos e Bento Rodrigues, com estruturas de fazendas e mineração que datam do século XVIII. Alguns quilômetros abaixo do Gama, encontra-se o povoado de Paracatu que anteriormente se chamava Teixeira. Por conta dessa mudança de nome da localidade em meados do século XIX, há uma dificuldade de interpretar o seu processo de ocupação, mas há indícios de que algumas fazendas deram origem ao povoado na metade do século XVIII com as mesmas características das localidades a montante do Gualaxo. Pedras e Campinas eram caracterizadas pela passagem do rio homônimo que, apesar de apresentarem fazendas isoladas nos setecentos, só se constituíram como povoado no final da metade do século XIX.

A formação desses povoados assumiu feições resultantes de um sistema próprio de organização da exploração de ouro e divisão de terras imposto por Portugal. O Regimento de 19 de abril de 1702 definia a área aurífera como datas minerais, que eram parcelas bem menores do que as sesmarias empregadas na área rural da Colônia, e eram cedidas pela Coroa a particulares – homens brancos. Tratava-se de um mecanismo racista de divisão e transferência de terras que, muito anteriormente à própria Lei de Terras de 1850, concentrava nas mãos de poucos homens áreas ricas em ouro de acordo com a quantidade de pessoas escravizadas que possuíam.

Ao analisar o censo de 1831, Lima (2017) destaca que em Camargos apenas 16 dos 352 moradores eram classificados como brancos (5%), enquanto os demais eram considerados mulatos e negros (95%), divididos em pardos, crioulos e “africanos pretos”. Em Bento Rodrigues, 29 dos 454 moradores eram considerados brancos (6%), sendo a maioria da população classificada como mulata e negra (94%), assim como em Camargos. Em Paracatu, onde a prática da mineração encontrava-se bem mais ativa do que nas demais localidades naquela época, 185 dos 286 habitantes eram livres e libertos, enquanto 101 ainda viviam na condição de escravizados em grandes plantéis como o de Maria Joana (32 negros escravizados) e do Padre José Soares Brito (26 negros escravizados).

O ouro e as pessoas escravizadas foram igualmente alienados quando tornados objetos dos inúmeros e altos impostos cobrados pelo Estado absolutista português por quase dois séculos em Minas com a intenção de não só lucrar com a colônia, como também de estender o seu poder, nem que fosse necessário punir. O imposto mais desejado por Portugal era sobre o ouro extraído. Ribeiro (2008) explica que inicialmente a cobrança ocorria sob a forma de bateias, ou seja, a quantia era calculada conforme a mão-de-obra atuante na mineração. Posteriormente, a capitação foi instituída e vigorou até 1713 de maneira que para cada escravizado, inclusive os domésticos, pagavam-se  $4^{3/4}$  de oitava, que era referente a 17g de ouro. Esse modelo era prejudicial para a mineração pois fomentava a lavra ambiciosa em detrimento de um aproveitamento racional das jazidas, diz Renger (2006).

Embora no início do século XVIII tenha-se extraído de Bento Rodrigues “cinco arrobas de ouro em cinco braças de extensão”, o que causou uma enorme invasão de forasteiros no arraial, o alarde sobre a quantidade de ouro não se concretizou na prática. Aproximadamente três décadas após a sua ocupação, Bento Rodrigues e Camargos representaram entre 1721 e 1733 apenas 2% da produção de ouro em Mariana. Isso leva a compreender que os serviços auríferos nessa região eram importantes, mas não tão expressivos quanto em outras localidades marianenses, de modo que muitos povoados do Gualaxo do Norte se especializaram na produção de gêneros alimentícios provenientes da agricultura e da pecuária, além da produção manufatureira, para abastecimento de seus próprios moradores e de outras regiões, assegurando assim a continuidade da sociedade escravista (Lima, 2017). Estes foram uns dos aspectos importantes para que os europeus



projetassem a fronteira entre escravizados(as) e livres, negros(as) e brancos(as), a hierarquia da vida pela raça na qual corpos negros podem ser transformados em mercadoria.

\*\*\*

Habitantes originários principalmente das regiões litorâneas e do interior do Benim foram massivamente sequestrados por traficantes a serviço do comércio escravista transatlântico entre os séculos XVII e XVIII, numa região conhecida como Costa da Mina, Costa do Ouro ou Costa dos Escravos, formada atualmente por Gana, Togo, Benim e Nigéria. O porto situado na atual cidade de Uidá, era o último ponto da rota que conduziria milhares de pessoas escravizadas a um território que desconheciam. Dali eram obrigados a se despedir não apenas de sua terra natal, mas de si mesmos, num gesto de deixar para trás a sua casa, o seu nome, a sua família, as suas origens e, finalmente, a sua humanidade.

Após cruzarem o Atlântico, e desembarcarem no porto de Salvador/ BA, eram conduzidos pelos caminhos do ouro até chegarem a Minas. Nas listas que organizavam enfileirados os nomes de pessoas escravizadas que se estabeleceram em Mariana, da mesma forma como embarcaram nos navios, há a referência, em língua portuguesa, aos reinos, cidades, grupos ou etnias importantes do Benim, tais como *cobu*, *ladano*, *fon*, *subaru*, *nagô* ou *anagô* e, especialmente, *courá* ou *coirá*, e seus respectivos variantes. Quando entravam no Brasil, eram obrigados(as) a se chamar por qualquer outro nome próprio utilizado em Portugal - Inácia, Rosa, Francisca, João, Manoel - tendo acrescido o termo “Mina” ao nome, em referência aos lugares de onde partiram, da Costa da Mina.

Aqui ficaram conhecidos como “bons mineradores”, ofício que aprenderam ao entrar em contato com outros africanos que já eram escravizados na região e tradicionais conhecedores da extração de ouro e ferro e da fundição destes metais, afirma Paiva (2002). Portados por horas a fio nas águas de rios e córregos aplicavam técnicas empregadas nas áreas auríferas de África. Estendiam no leito dos cursos d’água as chamadas canoas, formadas por couro peludo de boi ou por flanelas, com a função de reter o ouro antes de ser apurado. O ouro era separado dos cascalhos por decantação através do uso de peças de madeira em formato circular, de diâmetro variável e pouca profundidade, resistentes ao Sol e a água, denominadas bateia e carumbé. No movimento

de centrífuga feito com estas peças em mãos, algumas partículas menores poderiam ficar suspensas na superfície e serem arrastadas nas trocas de água. Para evitar que isto acontecesse, os africanos maceravam algumas ervas em uma pedra e misturavam um pouco do suco à água dos recipientes de madeira fazendo com que o ouro precipitasse e depositasse no fundo.

**Figura 3 – Quinto: lista de escravos da freguesia de Bento Rodrigues, fl. 31**



Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, 1725.

O declínio da produção de ouro observado por volta de 1760 e 1780, por conta do esgotamento das jazidas de minério, desestruturou o regime político administrativo estabelecido pelas Câmaras e pelas Comarcas em torno da economia mineral, de modo que muitas localidades do Gualaxo do Norte acomodaram-se a essa nova realidade permanecendo ou ampliando a produção agropecuária e suas relações comerciais com outras regiões. Excluídos(as) de quaisquer garantias asseguradas pelo Estado, muitos(as) escravizados(as), que posteriormente se tornaram libertos(as), só conseguiram sobreviver em razão das atividades nas quais se especializaram quando viviam em cativeiro. A “liberdade” ou o direito de trabalhar como autônomo foi concedido a alguns mineradores e faiscadores do ouro em pó e em partícula quando, no ápice do ciclo da extração de minério, conseguiram encontrar pedras singulares, de grande valia para os portugueses.

Exauridos(as), ex-escravizados(as) e o rio Gualaxo do Norte olharam-se num gesto de solidariedade que tanto evidenciava a ferida quanto tentava curá-la, produzindo um tipo de parentesco mais-que-humano em que um reconhece o outro pela forma como

ambos tiveram roubadas as suas formas próprias de existir. O rio tornara possível ainda a retirada de ouro em pequenas quantidades, é claro, mas o suficiente para que pudessem se sustentar num contexto em que o comércio de metais e pedras preciosas ocorria com menor intensidade, de forma local e precariamente remunerado, mesmo que o garimpo tivesse se tornado ilegal.

\*\*\*

A memória de saberes e práticas seguiu transfluindo pelas águas, atravessando gerações que mantiveram praticamente intactas essas formas de viver, formando comunidades garimpeiras do Gualaxo do Norte. Além das relações de amizade, solidariedade e partilha incorporadas ao extrativismo, há uma dimensão quase arqueológica do garimpo tradicional nesses povoados, na qual rio e humanos criaram formas inteligíveis de comunicação ao longo dos séculos, ainda que com linguagens distintas.

Os garimpeiros trabalham, muitas vezes, em áreas anteriormente garimpadas há décadas ou centenas de anos. Eles reconhecem vários sinais nos rios, córregos e especialmente nos solos que são indicativos de garimpo do passado tais como a forma de disposição dos cascalhos, tipos de vegetação, ferramentas e objetos antigos encontrados (cachimbos, bateias de madeira e carumbés). Os garimpeiros tradicionais guardam em sua memória as mudanças nos caminhos dos rios, dão nome e sentido a cada rebojo, pedra, ilha e barra (Jornal A Sirene, 2020).

Para os(as) garimpeiros(as) do Gualaxo do Norte, a condição real de fim de mundo na qual foram lançados(as) se traduz pelas impossibilidades ou dificuldades impostas para continuarem realizando um dos poucos ofícios que sabem, herdados de seus antepassados. Se por um lado o acesso às antigas áreas nas quais garimpavam foi impedido pelas empresas responsáveis pela reparação, sob a justificativa da contaminação da água e dos sedimentos e/ou da restauração ambiental, por outro lado já não encontram a mesma disponibilidade de material para garimpar, uma vez que foram carreados pela força da lama de rejeitos.

Nessas circunstâncias, desdobram-se outras perdas mais sensíveis à comunidade garimpeira e convenientemente imperceptíveis às empresas: o encontro cotidiano com o rio e com companheiros(as) trabalhadores(as) no garimpo, a possibilidade de pescar e

coletar alimentos que muitas vezes o próprio rio plantava às suas margens, dada tamanha riqueza de matéria orgânica que havia nas planícies por onde passa. O ouro como principal fonte de renda e trabalho constituía uma atividade tradicional de base comunitária capaz de alimentar um circuito comercial interno essencial para a existência dos povoados de maneira autônoma às expectativas do mercado e do capital.

Diante da falta de alternativas de trabalho, muitos(as) garimpeiros(as) se veem num quadro de escassez – trabalho, renda e comida - dificultando a permanência em seus territórios que rapidamente foram controlados pelas empresas e pelo Estado com um aparato legal que mais cerceia direitos do que assegura mecanismos que promovam a adaptação dos modos de vida dessa população ao contexto do desastre. Ora, muitos anos antes do rompimento da barragem, e também após, a atividade do garimpo tradicional é considerada ilegal quando praticada sem registros e licenças impostos pelo Estado.

A marginalização do garimpo tradicional desde o fim do ciclo do ouro fez com que trabalhadores(as) do Gualaxo do Norte encontrassem obstáculos para que fossem efetivamente reconhecidos enquanto categoria dentro do sistema de reparação. Por isso que reiteradamente os(as) garimpeiros(as) e a assessoria técnica independente afirmam no documentário O Garimpo (2024) que após a ruptura da barragem a comunidade passou a garimpar direitos, possibilidades de vida em meio ao rejeito.

Com efeito, logo no início da realização da Cartografia Social Familiar muitos(as) atingidos(as) declaravam com receio as atividades que desempenhavam, conscientes do estigma social e ambiental imputado ao garimpo tradicional. A partir de 2019, uma série de adaptações foram realizadas na metodologia da Cartografia no sentido de melhor qualificar as perdas e danos referentes ao garimpo, desde o mapeamento da área utilizada até instalações e equipamentos individuais ou coletivos que compunham o funcionamento de cooperativas, como a Cooperativa Regional Garimpeira de Mariana - COOPERGAMA. Ocorre que somente em 2021 os(as) garimpeiros(as) foram incluídos(as) nos programas de reparação – o PG004: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Povos e Comunidades Tradicionais.

\*\*\*

O enlace que o Gualaxo do Norte promove entre as histórias de garimpeiros(as) atingidos(as) pelo rompimento da barragem de Fundão e os(as) escravizados(as) no ciclo

do ouro sugere pensar em conexões entre Mariana e o Benim, e outros territórios da Costa da Mina, a partir dos rios e do Atlântico Sul não apenas como lugar utilizado para o trânsito de navios com pessoas de lá para cá, mas como um território negro. Pereira (2022) propõe pensar uma geografia das ligações transatlânticas alargada pelas águas, na qual os sujeitos afrodiaspóricos carregaram essa “transatlanticidade” para cá em seus modos de se reorganizar social e espacialmente, através de saberes e práticas que não foram inaugurados pela escravização e “remetem a uma dimensão Atlântica e transatlântica que antecede ao gesto da violência e da escravização”.

É através dessa “transatlanticidade” que se pode dizer, junto a Bispo dos Santos (2018), que houve uma confluência entre os modos e pensamentos dos povos trazidos de África e dos indígenas sobre suas relações com a terra e com o território, como o encontro entre dois rios que se fortalecem na presença um do outro, mas que não deixam de ser eles mesmos. Se a terra é o espaço de “confluência” entre os rios, o céu é por onde eles “transfluem” em partículas muito pequenas, de um continente ao outro, na forma de chuva. O céu por onde as águas se movem convoca a imaginá-lo como unidade cosmológica através da qual a sabedoria dos ancestrais que estavam em África aqui alcançou seus descendentes que de lá partiram e não poderiam retornar, permitindo-lhes reeditar as suas vidas em aliança com os povos originários.

No curta-metragem (Outros) Fundamentos (2019), dirigido pela artista visual Aline Motta, a cena dos personagens apontando espelhos para o céu e para o mar, na direção entre Lagos (Nigéria), Cachoeira e Rio de Janeiro (Brasil) me parece um gesto de projetar imagetivamente na atualidade este território negro comum, criado e compartilhado nas águas, onde os sujeitos racializados podem se reconhecer quando olham para lados opostos do Oceano. Um esforço da artista de pensar as aproximações entre o Brasil e o continente africano em face dos violentos apagamentos - das subjetividades daqueles que partiram para ser escravizados em outro continente ou da memória da escravização para muitos daqueles que permanecerem em África - produzidos pela colonização europeia.

As incontornáveis lacunas desse passado, porém, acompanham a cartografia que Aline faz da história de seus antepassados, sendo expostas quando em África não é vista pelos nativos assim como os vê, ou seja, parece não haver uma recíproca da familiaridade



que havia percebido nos corpos e nos gestos das pessoas com quem encontra. Dadas as diferenças sociais e territoriais dos lugares por onde passa, a artista reflete, por outro lado, sobre a existência não de apenas uma África, mas de muitas nações africanas. Uma multiplicidade que Hartman (2021, p.12) sugere argumentar a favor quando diz que a ideia de família continental africana nasceu de cativos, exilados e órfãos e no rescaldo do tráfico atlântico de escravizados por meio da linguagem da solidariedade racial, pois o escravizado e o ex-escravizado desejavam aquilo que os havia separado: o parentesco.

**Figura 4 -Captura de tela do filme (Outros) Fundamentos, 00:14':06"**



Fonte: (Outros) Fundamentos, 2019.

O rio que desenha e compõe essa cartografia ampliada das partilhas transatlânticas precede a tais histórias, pois é um ser que sempre habitou os mundos de diferentes formas. Sua origem é em um tempo geológico remoto. Em sua curvatura contém algo para pessoas e outros seres que se pode retirar e levar para casa - o espaço que contém o que é inviolável - para então compartilhar ou guardar para depois. Guardar o ouro num pote entre os grãos de feijão ou constituir uma reserva financeira para cobrir despesas da família. Mais do que recurso ou receptáculo dos resíduos dos extrativismos, o rio sabe todas as línguas do mundo e não silencia por muito tempo.

Imaginar a existência do rio como entidade viva remete à qualidade perspectiva presente nas cosmovisões indígenas ou afroindígenas. Tal aspecto refere-se à concepção, comum a muitos povos originários e diaspóricos, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos. Nas tradições afro-brasileiras, por exemplo, as águas dos rios estão relacionadas a sentidos como a vida, a fertilidade e, principalmente, a maternidade atribuídos à figura de divindades femininas, como Oxum e Nanã.

O caráter parental atribuído à entidade-rio também compõe uma categoria de importância central na cosmologia de diversos povos Amazônicos geralmente traduzida como “dono” ou “mestre”. O termo não se refere à noção de propriedade exercida apenas

pelos humanos, mas, segundo Fausto (2008), é uma forma de compreender o mundo como um lugar dividido em domínios, em diferentes espaços de domesticidade pertencentes aos humanos e não-humanos, cada qual com seus “donos-mestres”. Há donos das aldeias, cerimônias, cantos, roças, bens, animais de estimação, rios e assim por diante.

Segundo Fausto (2008), cada “dono-mestre” há uma recíproca que oscila entre “filho e animal familiar, ambos tendo como traço subjacente a ideia de adoção. A relação modelar de maestria-domínio seria, pois, a filiação adotiva, que não é dada, mas constituída por uma dinâmica de predação familiarizante”. Desse modo, um dos principais traços da relação é a assimetria, ou seja, os donos controlam e protegem suas criaturas, sendo responsáveis pelo seu bem-estar, reprodução e mobilidade. A assimetria implica não só controle, mas cuidado.

Em Minas Gerais, o rio das Velhas, assim denominado pelos bandeirantes durante as expedições fortemente armadas ao longo do século XVII, era conhecido pelos indígenas como Waim-ig ou Uaimií ou ainda Waimi’y ou Gwaimi-y, explica Moebus (2021). No vale do rio viviam os Goianás, enquanto nas cabeceiras, na altura da cidade de Ouro Preto, encontravam-se os Guarachués e Cataguás. Antes desses povos terem sido exterminados, os bandeirantes traduziram o nome do rio Gwaimi-y. Gwaimi era equivalente a “velho”, “velha”, e o -í/ -y no final significava “rio, água”, que também poderia ser entendido como “Avó Água”, o que indicava certa familiaridade reconhecida entre tais povos e o rio enquanto entidade primeira da origem de toda a vida neste planeta. A mãe antes da Mãe Terra, Avó Água, um significado completamente desprezado na tradução colonial.

De maneira similar, o rio que os brancos chamam de Doce é, para os Krenak, Watu, o rio-avô que tem sido companheiro de jornada de seu povo. Além de prover água e alimento, também amplia as visões de mundo e confere sentido à existência daqueles que com ele vivem. Hoje, Watu está em coma após ter seu corpo aviltantemente lanhado pela lama de rejeitos oriunda dessa prática exploratória que não se conforma ou se recusa a enxergar tamanha fruição de vida. Ailton Krenak (2022, p.23) nos diz que o rio, cansado desse constante abuso, mergulhou em si. O material que vemos descendo em sua calha não é o rio, mas os dejetos dessa civilização destrutiva. Aquela água que nasce na cordilheira do Espinhaço agora percorre debaixo de uma laje de pedra que os geólogos

dizem ser uma formação de granito e outras rochas. Em cima dessa plataforma há três camadas de solo sob as quais o rio mergulhou fundo. Ainda assim, ele segue percorrendo até desaguar no Atlântico, mas quando a paisagem se torna insuportável, migra e conflui para outras viragens.

Essa capacidade do rio de encontrar novos caminhos muito inspira os Krenak pela possibilidade de experimentar outras formas de existir. Essa movência das águas suscita uma liberdade aprendida pelos(as) garimpeiros(as) do Gualaxo do Norte que não tem a ver necessariamente com uma escolha racional dos indivíduos, mas refere-se a um eixo estruturante da vida comunal enquanto gesto de cura e de sobrevivência aos efeitos da colonização, que ressoam no tempo sob outras formas de exploração humana e não-humana. Trata-se de uma liberdade em movimento, ou “performática”, para gerir o próprio deslocamento, a renda, o tempo de trabalho e os recursos atrelados aos desejos e demandas da comunidade perseguidos pelo assombro de regimes trabalhistas inerentes ao sistema de acumulação do capital que, com a promessa de salários mais altos e “benefícios”, são ofertados como únicas alternativas de existência para aqueles(as) que vivem em territórios minerários.

Essa paisagem não remonta uma pintura europeia ou uma geografia cultural centrada nos humanos, mas se projeta para o amanhã do Gualaxo do Norte como a cena dicotômica do cotidiano do ribeirão do Carmo, na sede de Mariana, em que ao final do dia homens e mulheres negros(as) garimpeiros(as) se lançam ao rio intensamente contaminado com o despejo de esgoto doméstico in natura. Ali estendem as canoas e ainda retiram com suas bateias pequenas quantidades de ouro que, embora não lhes rendam alimento suficiente para o mês inteiro, logo estará estampado nas vitrines de boa parte das joalherias da cidade.

A cartografia desses relacionamentos sensíveis entre atingidos(as) e o rio, alimentada pela memória, vestígio e existências, costurou as vozes pelo traço no desenho como registro da reivindicação por futuros outros, além-humanos. Esse amanhã que possivelmente humanos brancos não testemunharão, dada a forma como aceleram o fim de seu próprio mundo, assolando vidas desastre após desastre, é quando o rio Gualaxo do Norte poderá voltar a viver de forma abundante, retornando totalmente o seu corpo à superfície. Um gesto que sugere um futuro ancestral.

#### 4. Referências

ALMEIDA, C. A.; OLIVEIRA, A. F.; PACHECO, A. A.; LOPES, R. P.; NEVES, A. A.; QUEIROZ, M. E. L. R. Characterization and evaluation of sorption potential of the iron mine waste after Samarco dam disas. **Chemosphere**, [S. I.], v. 209, p. 411-420, out. 2018.

ARÁOZ, H. M. “América”: Mina e Plantação. Uma perspectiva decolonial sobre as origens do “Antropoceno”. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, 2023.

BISPO DOS SANTOS. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018.

CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R. Desastralização – a proposta de uma ferramenta-conceito para analisar casos de desastres criados. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 505-524, jan./ jun. 2023.

DIAS, C. A.; COSTA, A. S. V.; GUEDES, G. R.; UMBELINO, G. J. M.; SOUSA, L. G.; ALVES, J. H.; SILVA, T. G. M. Impactos do rompimento da barragem de Mariana na qualidade da água do Rio Doce. **Revista Espinhaço**, [S. I.], v. 7, n. 1, p. 21-35, 2018.

FAUSTO, C. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. **Mana: estudos de antropologia social**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 329-366, out. 2008.

HARTMAN, S. **Perder a Mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Laudo Técnico Preliminar - Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. 2015, 38 p. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg#laudostecnicos>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**JORNAL A SIRENE**. Mariana, 5 nov. 2020. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi\\_c3\\_a7\\_c3\\_a3o\\_2055\\_20\\_20novembro\\_20de\\_202020\\_2](https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_c3_a7_c3_a3o_2055_20_20novembro_20de_202020_2). Acesso em: 05 jun. 2024.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LIMA, K. **Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão**. Mariana: Pólen Consultoria, Patrimônio e Projetos Ltda., 2017.

MACEDO, D. R.; MAGALHÃES JUNIOR, A. P.; CARVALHO, R. P. B.; FELIPPE, M. F. Impactos do rompimento da barragem de Fundão (Mariana - MG) na geometria hidráulica do rio Gualaxo do Norte. In: OLIVEIRA, R. J (Org.). **Recursos Hídricos: gestão, planejamento e técnicas em pesquisa**. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021. p. 92-111.

MOEBUS, R. Avó Água. **Revista Velhas**, [s. l], n. 13, p. 28-37, abr. 2021. Semestral.

**O GARIMPO**. Direção de Paula Zanardi. Intérpretes: Sérgio Fábio do Carmo (Papagaio), Hermínio Amado do Nascimento, Ivone Pereira Zacarias e Emmanoel Duarte Almada. Roteiro: André Castilho e Paula Zanardi. [S.I.]: Calumbi Pesquisa e Produção Cultural, 2024. 1 vídeo (15 min.), P&B. Documentário que integra a série Mariana Território Atingido.

**(OUTROS) Fundamentos**. Direção de Aline Motta. Lagos/ Nigéria, Cachoeira/ BA, Rio de Janeiro/ RJ, 2019. 1 vídeo (15 min.), son., color.

PAIVA, E. F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo. In: PAIVA, E. F.; ANASTACIA, C. M. J. (Org.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver? séculos XVI a XIX**. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ PPGH-UFMG, 2002. p. 187-207.

PEREIRA, G. L. A terra como fundamento. In: MARQUEZ, R.; ANDRÉS, R.; CANÇADO, W. (Org.). **Habitar o Antropoceno**. Belo Horizonte: BDMG Cultural/ Cosmópolis, 2022. p. 68-89.

RENGER, F. E. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, [s. l], v. 42, p. 90-105, 2006.

RIBEIRO, N. B. **Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII**. 2008. 405 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TSING, A. L. **O cogumelo do fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: N-1 edições, 2022. 412p.